

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

CORREIO DE SERGIPE - SE - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sistema pretende simplificar abertura de empresas ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pandemia leva ministros do STF a reduzir impacto de decisões ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida do INSS está dispensada até fim de março ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Aras se nega a agir contra Bolsonaro e menciona hipótese de estado de defesa ..... 8

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA  
CONGRESSO EM FOCO

Sanitarista diz que 2021 pode ser pior ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Evangélicos, ruralistas e "bancada da bala" dão vantagem a Lira ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agravamento de crise de Covid é "problema localizado", diz lira ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cidadania fiscal versus ilusão fiscal - OPINIÃO JURÍDICA ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Volkswagen deve produzir para a Ford aqui - FERNANDO CALMON ..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alta no ICMS é esforço coletivo por áreas prioritárias, afirma SP ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributo maior inviabiliza produção de leite, diz setor ..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pleno emprego passa a ser lema de Washington ..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renault lança serviço de locação de carro ..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Acabou a pólvora - BRASÍLIA - DF ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

País ainda lidera ranking de taxas altas ..... 27

Quinta-Feira, 21 de Janeiro de 2021

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Com Biden, meio ambiente volta à pauta (3) ..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Banco Central decide abandonar compromisso de não subir os juros ..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Juro vai a 4% no fim do ano e começa a subir no 1º semestre, dizem analistas ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO  
ECONOMIA

PIB "per capita" deixa mais evidente a péssima situação da economia (2) ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Tributos, estagnação e desigualdade (2) ..... 36

# Sistema pretende simplificar abertura de empresas

O Ministério da Economia lançou, nessa quarta-feira (20), o Balcão Único, um projeto que permitirá aos cidadãos abrirem uma empresa "de forma simples e automática, reduzindo o tempo e os custos para iniciar um negócio no Brasil". A primeira cidade a aderir ao projeto foi São Paulo, que já disponibilizou o novo sistema no dia 15. A próxima cidade a oferecer a ferramenta será o Rio de Janeiro.

De acordo com o ministério, por meio de um formulário único e totalmente digital, empreendedores podem abrir empresas em apenas um dia e sem necessidade de percorrer vários órgãos públicos.

Tudo poderá ser feito no mesmo ambiente virtual: recebimento das respostas necessárias da prefeitura; registro da empresa; obtenção do número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e inscrições fiscais; desbloqueio do cadastro de contribuintes; recebimento das licenças, quando necessárias; e ainda o cadastro dos empregados que serão contratados. O Balcão Único permitirá ainda que os empreendedores possam, no momento da abertura da empresa, realizar o cadastro de empregados pelo e-Social.

Em nota, a pasta explicou que, segundo relatório do Banco Mundial para abrir uma empresa nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo era necessário cumprir 11 procedimentos - alguns, em órgãos distintos - o que levava, em média, 17 dias e gerava um custo que representa 4,2% da renda per capita. Esses dados colocaram o Brasil na 138ª posição no quesito abertura de empresas, entre os 190 países avaliados pelo Banco Mundial.

"A transformação digital em um Balcão Único no modelo de one stop shop fará o Brasil ganhar posições no ranking mundial quanto à facilidade de fazer negócios", disse o Ministério da Economia.

Depois de São Paulo e Rio de Janeiro, o governo federal quer expandir o sistema para todo o Brasil.

O projeto é liderado pela **Receita Federal** e pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

**Site:**

**<http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=113541#page/1>**

# Pandemia leva ministros do STF a reduzir impacto de decisões

**Joice Bacelo Do Rio**

Em meio à pandemia, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) parecem estar mais sensibilizados com a situação das contas públicas. Passaram a propor com mais frequência a chamada modulação de efeitos para os casos tributários - que impede a aplicação das decisões de forma retroativa. A medida foi adotada em três casos já encerrados e proposta em outros três em andamento, o que preocupa os contribuintes por serem processos de maior impacto.

A modulação, antes, era pouco usada no Supremo. Foi adotada cinco vezes somente desde que os ministros, em 2006, passaram a admitir a medida para os recursos extraordinários. Em todos esses casos e nos atuais, nem mesmo as ações em andamento são beneficiadas.

O aumento serve como sinal de alerta para os contribuintes. Os três casos que ainda não foram finalizados, por exemplo, envolvem discussão sobre cobranças de **tributos** e, com a modulação, podem ter como consequência o que os advogados chama de "ganha, mas não leva".

Para o poder público, por outro lado, a medida reduz, e muito, o prejuízo em uma derrota no STF. O Estado de São Paulo, por exemplo, envolvido em um dos processos iniciados durante a pandemia, que trata de ITCMD, garantiria R\$ 2,6 bilhões - valor discutido nas ações movidas por contribuintes.

Os ministros julgam, nesse caso, a possibilidade de os Estados tributarem doações e heranças de bens localizados no exterior. O relator, Dias Toffoli, votou contra a cobrança, mas propôs que a decisão tenha efeitos somente para as transferências que ocorrerem depois da publicação do acórdão.

Significa, na prática, que aqueles contribuintes que têm ações ajuizadas sobre esse tema, apesar de reconhecidamente ter razão, perderão os seus processos e terão que pagar as quantias que foram cobradas, no passado, pelos Estados.

Toffoli tem o apoio do ministro Edson Fachin. Eles são os únicos que têm votos nesse processo. O julgamento teve início no mês de outubro, por meio do

Plenário Virtual, e foi suspenso por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

As decisões proferidas pela Corte, em regra, tem efeito *ex tunc*, ou seja, produzem efeitos desde o momento da edição da norma que foi declarada inconstitucional. E, nesse caso, todos os contribuintes podem, na Justiça, pedir o reembolso pelos pagamentos indevidos no passado.

Se houver modulação, no entanto, há duas possibilidades: permitir que apenas aqueles que já tinham ação em andamento sejam reembolsados - a situação mais comum - ou vetar a devolução dos valores para todo mundo até determinada data, como os ministros têm sugerido nos julgamentos realizados durante a pandemia.

Um levantamento feito pelos advogados Leonel Pittzer, Ariel Möller e Vanessa Perlingeiro mostra como isso vem ocorrendo no Supremo Tribunal Federal. A pesquisa tem fins acadêmicos e é atualizada ano a ano.

Antes da pandemia, os ministros haviam aplicado a modulação a 11 processos tributários. Em cinco, aqueles que já tinham ações em andamento também foram afetados. Esses dados são registrados desde o ano de 2006.

Já entre março e dezembro de 2020, período que vem sendo chamado de "jurisprudência pandêmica" - muito mais curto do que todo o histórico de tempo da pesquisa - os ministros determinaram a modulação em três casos e não fizeram ressalva sobre as ações em andamento.

Se considerados os julgamentos que iniciaram na pandemia, mas foram suspensos por pedido de vista, esse número aumenta. Existem pelo menos outros três processos com proposta para que a decisão, quando proferida, seja aplicada somente para o futuro.

Além do que trata do ITCMD, os ministros pretendem adotar a medida no julgamento que vai definir se os Estados podem cobrar o diferencial de alíquotas (Difal) nas vendas realizadas no comércio eletrônico ou se precisam esperar por uma lei complementar.

O relator, Marco Aurélio, e o ministro Dias Toffoli

votaram contra a cobrança-dando razão aos contribuintes -, mas Toffoli sugeriu a modulação de efeitos. Ele propôs que o entendimento, se prevalecer, tenha validade somente a partir do ano seguinte ao da conclusão do julgamento.

A situação é semelhante no processo em que se discute a tributação do software. Os ministros já têm maioria formada pela incidência do ISS, o imposto municipal - e não do ICMS, o estadual - tanto para o chamado software de prateleira, comercializado no varejo, quanto para o software por encomenda, desenvolvido para atender as necessidades de um cliente específico.

Esse entendimento atente o pleito das empresas de tecnologia. Mas, dos sete ministros que votaram contra a incidência do ICMS, seis entendem que deve haver a modulação. Para eles, o marco para a aplicação do novo entendimento deve ser a data da ata do julgamento.

Tanto o processo sobre a cobrança do diferencial de alíquotas como o da tributação do software foram suspensos por pedidos de vista do ministro Kassio Nunes Marques. Ele havia recém-chegado ao Supremo quando esses dois temas foram levados ao plenário e pediu mais tempo para estudar as matérias.

"Podemos afirmar que houve uma mudança de padrão modulatório do Supremo. Isso acende a luz amarela", diz Leonel Pittzer, chamando a atenção para o impacto que essa situação pode gerar.

A modulação de efeitos, se adotada como medida padrão, pode provocar o que o advogado chama de "inconstitucionalidade útil". "Vai estimular a edição de leis sabidamente inconstitucionais pelos entes tributantes", afirma Pittzer, acrescentando que haverá ainda mais judicialização.

Há preocupação ainda em relação a outros casos, pendentes de julgamento na Corte. A modulação de efeitos é um dos pontos sensíveis, por exemplo, a chamada "tese do século", que trata da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

A decisão foi tomada em março de 2017. Em outubro daquele ano a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou embargos contra a decisão, que ainda não foram julgados. No recurso, pede que a decisão passe a valer a partir de janeiro de 2018.

O órgão alegou, dentre outros pontos, questões orçamentárias. O impacto desse caso para a União está estimado em R\$ 250 bilhões - se tiver que devolver o que foi pago pelos contribuintes nos últimos

cinco anos.

A modulação de efeitos foi introduzida na legislação no ano de 1999, por meio da Lei nº 9.868, que trata das ações diretas de inconstitucionalidade. Na época - e por muito tempo foi assim -, diz o advogado Ademar Borges, professor de direito constitucional, a doutrina via nesse instituto um escudo de proteção do contribuinte contra o Estado.

"Exatamente na linha do que se tem no CTN [Código Tributário Nacional], Quando a **Receita Federal** muda o entendimento e essa alteração gera aumento de carga tributária, não pode retroagir e penalizar o contribuinte", afirma.

Os entes públicos conseguiram, aos poucos, ganhar espaço entre os ministros por causa das dificuldades financeiras - especialmente durante a pandemia. Não significa, no entanto, que o STF deixou de proferir decisões, aplicando a modulação de efeitos, em favor dos contribuintes.

Em um dos casos julgados na pandemia, eles validaram normas estaduais que autorizam a glosa de créditos que os contribuintes carregam do Estado de origem por conta de benefícios fiscais não aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Apesar de decidir de forma favorável aos Estados, os ministros proibiram autuações anteriores ao julgamento.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186636?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186636?page=1&section=1)

# Prova de vida do INSS está dispensada até fim de março

*Clayton Castelani - são paulo | agora*

Aposentados e pensionistas do **INSS** que não fizeram a prova de vida entre março de 2020 e fevereiro deste ano não terá o seus benefícios bloqueados, segundo nota publicada nesta quarta (20) pelo órgão.

A portaria 1.266, publicada no Diário Oficial da União desta quarta, prorroga a interrupção do bloqueio de pagamentos de benefícios até o fim de março.

Entre os fatores que pesaram na decisão para a manutenção da dispensa da renovação de senha está o aumento das internações por Covid-19, de acordo com fontes do instituto que anteciparam à reportagem que a exigência de prova de vida não seria retomada ao final deste mês.

O **INSS** destacou que a rede bancária que paga os benefícios permanece obrigada a realizar a renovação de senha dos beneficiários que quiserem fazer o procedimento.

Em situações normais, a prova de vida é feita pelo segurado anualmente para comprovar que ele está vivo e garantir que o benefício continue sendo pago.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49413&anchor=6427111>**

# Aras se nega a agir contra Bolsonaro e menciona hipótese de estado de defesa

*Luísa Martins, André Guilherme Vieira, Raphael Di Cunto*

Pressionado por juristas, artistas, políticos e cidadãos a agir diante do desdém do governo federal em relação à pandemia, o procurador-geral da República, Augusto Aras, emitiu nota esquivando-se da atribuição de processar o presidente Jair Bolsonaro por crime contra a saúde pública - e sugerindo que a Constituição prevê hipóteses para a decretação de um "estado de defesa".

As declarações repercutiram mal dentro do próprio Ministério Público Federal (MPF). Integrantes da cúpula da Procuradoria-Geral da República (PGR), além da Associação Nacional de Procuradores da República (AN-PR), manifestaram receio com o posicionamento de Aras e cobraram dele uma atuação mais firme sobre Bolsonaro. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também criticaram o PGR.

No **comunicado**, o procurador-geral afirma: "o estado de calamidade pública é a antessala do estado de defesa. A Constituição Federal, para preservar o Estado Democrático de Direito e a ordem jurídica que o sustenta, obsta alterações em seu texto em momentos de grave instabilidade social. A considerar a expectativa de agravamento de crise sanitária nos próximos dias, mesmo com a contemporânea vacinação, é tempo de temperança e prudência, em prol da estabilidade institucional".

Aras mencionou indiretamente as representações enviadas ao seu gabinete nos últimos dias, especialmente depois do colapso de abastecimento de oxigênio no Amazonas, para que ele investigue e denuncie Bolsonaro, o que poderia levar ao impeachment. Entretanto, segundo ele, essa imputação se insere no escopo dos crimes de responsabilidade, que devem ser processados não pela PGR, mas pelo Poder Legislativo.

Afirmou, ainda, que "as instituições estão funcionando regularmente" e que ele "vem adotando todas as providências cabíveis desde o início da pandemia" - um exemplo, diz, foi a recente requisição de um inquérito epidemiológico e sanitário ao Ministério da Saúde para apurar o caso de Manaus, o que também foi criticado pelos colegas de MPF.

A cúpula da PGR divulgou nota afirmando que o

correto seria o próprio Aras instaurar uma investigação independente, e não terceirizá-la ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, cuja própria atuação no enfrentamento à covid-19 é questionada.

No texto, os subprocuradores destacam ter havido "debilidade da coordenação nacional" para o combate à pandemia, além de "comportamentos incomuns de autoridades", como o fato de Bolsonaro ter defendido tratamentos sem comprovação científica e desestimulado a vacinação.

A recente declaração do presidente, que atribuiu às Forças Armadas "o incabível papel" de decidir sobre a prevalência ou não da democracia no país, também é um alerta para crime de responsabilidade, sugerem os subprocuradores, cobrando uma nova postura de Aras.

A nota diz que a defesa da democracia seria "mais apropriada e inadiável que a antevisão de um "estado de defesa" e suas graves consequências para a sociedade brasileira, tão traumatizada com o quadro de pandemia vigente".

A ANPR também pressionou Aras a "apurar a responsabilidade por ações e omissões que nos levaram a esse estado de coisas", em uma referência à situação crítica da pandemia e do atraso do Brasil quanto à vacinação.

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, disse **temer** pela democracia. "Onde há fumaça há fogo. Não vejo com bons olhos esse movimento, justamente por parte de quem precisa ser visto como fiscal maior da lei".

Outros dois ministros ouvidos reservadamente pelo Valor afirmaram que o estado de defesa pode ser um caminho sem volta - a hipótese foi definida por esses magistrados como "preocupante" e "uma loucura".

A decretação do estado de defesa, como sugerido por Aras, traria parte da agenda de Bolsonaro no Congresso Nacional, por impedir a aprovação de propostas de emendas constitucionais (PECs) caras ao governo.

É o exemplo da PEC Emergencial - que acaba com fundos públicos setoriais e deve promover cortes no Orçamento para evitar o descumprimento de regras

fiscais - e as reformas administrativa, que traz mudanças nas regras dos **servidores públicos**, e tributária, que prevê a reformulação do PIS/Cofins.

O estado de defesa poderia impedir até a votação de uma PEC a todo momento lembrada por Bolsonaro: a do voto impresso, defendida pelo governo como forma de evitar fraudes nas urnas eletrônicas - algo que jamais provou ter de fato acontecido.

Apesar da polêmica, uma fonte graduada ligada à ala militar do governo diz que a decretação de um estado de defesa não está sobre a mesa de Bolsonaro, nem sendo discutida no Palácio do Planalto. (Colaboraram Marcelo Ribeiro e Fabio Murakawa)

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Sanitarista diz que 2021 pode ser pior

Primeiro presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o médico sanitário Gonzalo Vecina Neto não se dá por aliviado com o início do processo de vacinação, ocorrido no começo desta semana, após o aval do órgão regulador às vacinas produzidas pelo Instituto Butantan e pela Fiocruz. Para Gonzalo, o Brasil corre o risco de ter um 2021 ainda pior que 2020, quando mais de 200 mil brasileiros perderam a vida para a covid-19, se não restringir o funcionamento das suas atividades e não levar adiante uma campanha publicitária eficaz para imunizar a população.

Em entrevista ao **Congresso em Foco**, o professor da Universidade de São Paulo (USP) defende que o país adote lockdown, permitindo o funcionamento apenas de serviços essenciais, reforce a vigilância sobre medidas sanitárias, como distanciamento social e uso de máscaras, e invista pesadamente na conscientização das pessoas sobre a necessidade, a segurança e a eficácia das vacinas.

Segundo ele, os efeitos da vacinação só serão percebidos quando o país imunizar cerca de 160 milhões de pessoas, alcançando a chamada imunização de rebanho ou coletiva. Até lá, ressalta o médico, ninguém pode baixar a guarda.

"Relaxou, vai ter aumento de casos. O aumento de casos de covid é diretamente ligado ao relaxamento social. Não tem mágica. Se governadores e prefeitos não fecharem mais as atividades que não sejam essenciais, vamos ter desastre sanitário de novo. Em Manaus, o governador disse que ia fechar isso e aquilo. Os comerciantes foram para a rua e fizeram movimento social. O que o governador incompetente e genocida do Amazonas fez?"

Liberou. Qual o resultado da liberação? Em Manaus não se fala em hospital de campanha.

Fala-se de necrotério de campanha, por não ter onde botar defunto", afirmou.

Gonzalo Vecina também atribui parte das mais de 211 mil mortes por covid-19 registradas no Brasil até agora à insistência do governo com o discurso negacionista e à tentativa do governo de "sabotar" a vacina. Ele também condena a estratégia do presidente Jair Bolsonaro de recomendar à população o uso de medicamentos que não têm qualquer eficácia contra a covid-19, como a cloroquina e a hidroxiclóricoquina, e o "silêncio vergonhoso" de entidades médicas em

relação ao assunto.

"O Estado está sendo o grande sabotador da vacina.

Quando o presidente fala as bobagens que fala, quando o ministro fala a favor de drogas não eficazes, quando ele negou inicialmente a Coronavac e depois voltou atrás porque não tinha alternativa, isso é desastroso. Quando um sujeito que é especialista em logística não consegue fazer um avião levantar na hora para levar uma vacina de São Paulo para o Rio de Janeiro. A vacina chegou com seis horas de atraso! Acho que acabou. Precisamos tomar posição frente ao governo que tem patrocinado o que historicamente só tem um nome: genocídio. É algo que temos de descobrir quem, por que e punir. Está na hora de fazer isso", condena o médico.

Na avaliação de Gonzalo, Bolsonaro age como um "anti-líder" ao se posicionar contra a vacinação e precisa ser confrontado, em campanha de conscientização, por especialistas com credibilidade no assunto. "O exemplo de líder para um liderado é o exemplo mais importante. Nosso líder se chama Bolsonaro. Esse líder está dizendo para você que não tomará vacina. Numa campanha de vacinação, os Dráuzios Varelas anularão os Bolsonaros", defende, em alusão ao seu colega médico.

Para o sanitário, o país precisa se preparar para enfrentar a nova versão do vírus disseminada em Manaus. Ele considera pequenas as chances de o restante do Brasil sofrer com a falta de oxigênio, a exemplo do que tem ocorrido no Amazonas, mas alerta para a sobrecarga de leitos hospitalares.

"Se não tomarmos providência do ponto de vista de tentar manter nível de controle de governabilidade dessa crise, não tenho dúvida de que teremos um problema grave pior ainda do que tivemos até agora."

# "Evangélicos, ruralistas e "bancada da bala" dão vantagem a Lira

**Adriana Ferraz, Bianca Gomes**

Candidato do governo Jair Bolsonaro à presidência da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL) lidera a corrida pelo cargo nas três principais bancadas temáticas da Casa. De acordo com levantamento feito com base no placar Estadão, o líder do Centrão tem mais votos declarados do que seu principal adversário, Baleia Rossi (MDB-SP), entre os deputados que integram as bancadas ruralista, evangélica e "da bala". A eleição está marcada para o dia 1º de fevereiro.

A maior diferença proporcional entre os dois se dá entre os evangélicos. Neste grupo, Lira soma cem votos declarados enquanto Baleia alcança 21. Para reverter este quadro, o emedebista teria de conquistar os "indecisos" e ainda tirar votos de seu concorrente, já que nem a soma de seus apoios com o total de parlamentares que não quiserem responder à enquete seria suficiente para ultrapassar o alagoano.

Pesquisas que medem a taxa de aprovação de Bolsonaro colocam os eleitores evangélicos como os mais satisfeitos em relação ao governo, o que poderia explicar a vantagem de Lira entre os deputados que representam esse eleitorado. Em dezembro, por exemplo, pesquisa XP/Ipespe mostrou que 53% dos entrevistados que se dizem fiéis a alguma denominação evangélica consideravam a gestão federal boa ou ótima.

No caso da bancada ruralista, Bolsonaro já cobrou por diversas vezes o apoio dos deputados, argumentando que o campo "nunca teve um tratamento tão justo e honesto" como em seu governo. O líder da bancada, deputado Alceu Moreira, no entanto, criticou a insistência do presidente e até já declarou apoio a Baleia. Neste grupo, a vantagem de Lira é menor: 106 a 47.

Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Moreira afirma que o apoio ao emedebista não é geral entre a bancada, mas que vai exigir do candidato o compromisso com pautas nas quais não houve abertura com o atual presidente, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A prioridade, segundo ele, é a **reforma tributária**.

Uma das propostas em discussão no Congresso foi apresentada por Baleia Rossi. Além disso, a frente dos

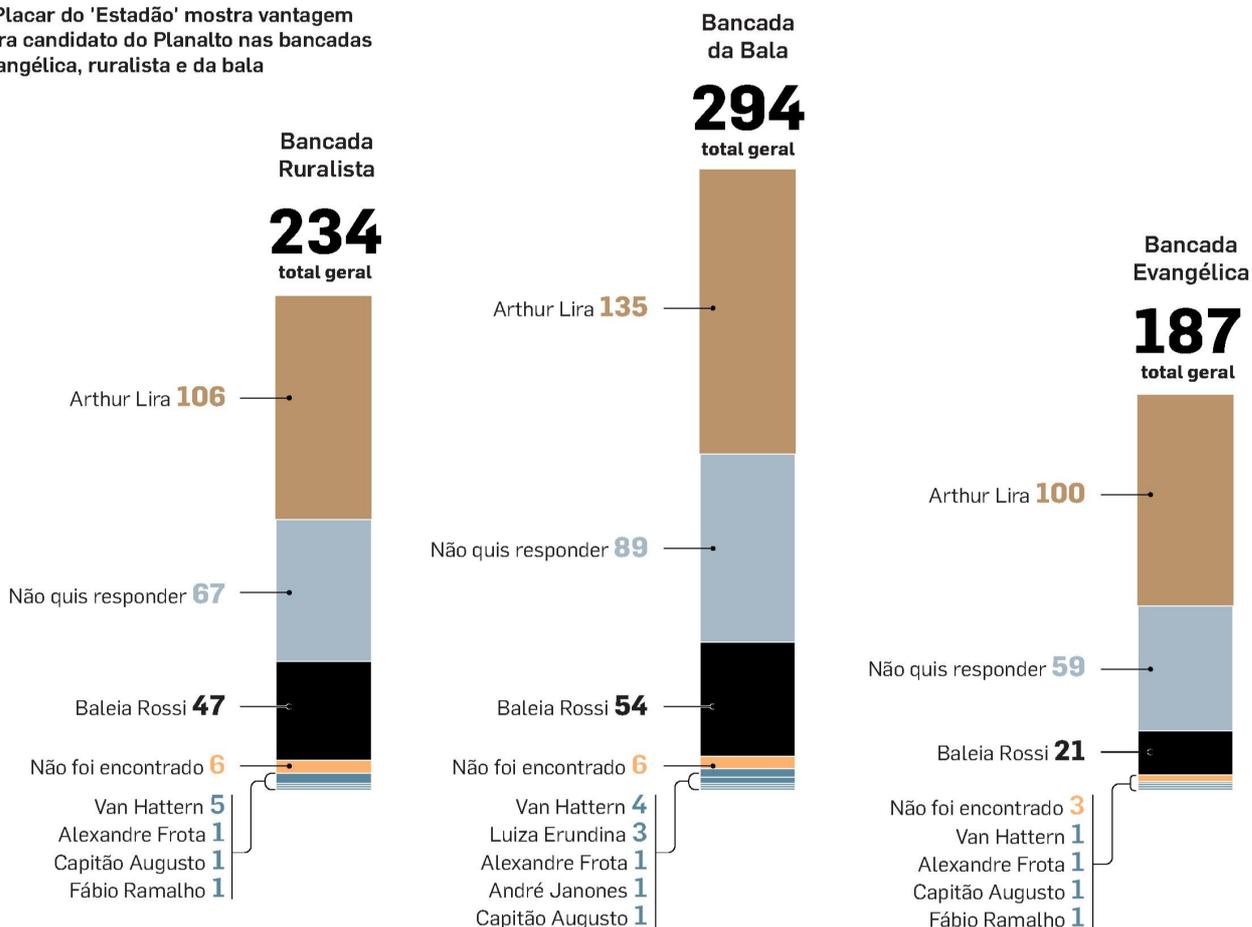
ruralistas vai cobrar a votação de projetos do setor, entre eles a regularização fundiária. O projeto foi um dos temas de atrito entre Maia e o líder da bancada ruralista.

Já os representantes da chamada "bancada da bala", que reúne deputados que já foram militares, que compuseram equipes da Polícia Civil e que apoiaram majoritariamente a eleição de Bolsonaro em 2018, a diferença de apoios é da ordem de 40% pró-Lira. Neste grupo, porém, 89 parlamentares não aceitaram responder à enquete do Estadão, o que, em tese, aumenta as chances do emedebista de reduzir a margem para seu concorrente.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## ELEIÇÃO NA CÂMARA

● Placar do 'Estadão' mostra vantagem para candidato do Planalto nas bancadas evangélica, ruralista e da bala



OBS.: A SOMA DAS BANCADAS É MAIOR DO QUE O NÚMERO TOTAL DE DEPUTADOS PORQUE HÁ PARLAMENTARES QUE PARTICIPAM DE MAIS DE UM GRUPO; LEVANTAMENTO DESCONSIDEROU DEPUTADOS QUE NÃO ESTÃO EXERCENDO O MANDATO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# Agravamento de crise de Covid é "problema localizado", diz lira



Arthur Lira: para deputado, reforma tributária precisa ser "melhor analisada"

**Gabriel Vasconcelos, Carolina Freitas**

Com maior bloco partidário para a disputa dos cargos de direção da Câmara dos deputados e apostando em maioria na votação para a presidência da Casa, o deputado Arthur Lira (PP-AL) investe na região sudeste para ampliar a sua base. Ele esteve ontem no Rio de Janeiro e em São Paulo, para encontros com deputados.

Ao chegar a São Paulo para jantar, Lira reuniu em um bar em Higienópolis 40 parlamentares paulistas e trinta de outros Estados. Também estavam o presidente nacional do PSD, o ex-prefeito Gilberto Kassab, e o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira, e o do Republicanos, deputado Marcos Pereira. O deputado minimizou a responsabilidade do governo federal no agravamento da crise do covid-19.

"Temos problema por enquanto localizado no Amazonas, sério, no Norte do país. Temos uma atenção especial, estamos evidando todos os esforços. É mais um problema de gestão local do que nacional", disse. "O sistema de saúde do Amazonas tem 70% de ocupação num período normal. Então qualquer estresse ele superlota", completou.

Sobre a escassez de insumos para produção de vacinas, contudo, ele foi um pouco mais incisivo. "Quem estiver errando terá que se consertar, terá que

voltar para o eixo".

Ele afirmou que a Câmara nada poderia fazer caso tivesse saído do recesso, como sugeriu o presidente da Casa, o seu adversário político, Rodrigo Maia (DEM-RJ). "Não teríamos o que fazer, não temos Orçamento. Não podemos fazer PLN. Só iríamos gerar mais despesa ao erário trazendo gente".

Mais cedo, no Rio, ele afirmou que, se eleito, sua "prioridade um, dois e três" será resolver a questão orçamentária para acomodar programas sociais que atendam os mais pobres, "que nem podem fazer quarentena", ainda em fevereiro. Mas defendeu a manutenção do teto de gastos.

Aos parlamentares do Rio, Lira negou conversas sobre a volta da

CPMF com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que só comentará eventual aceitação de pedido de impeachment de Bolsonaro se eleito, para "não usurpar nenhum dia" do mandato de Maia. Neste ponto, não defendeu o presidente, seu principal apoiador em Brasília.

Ele ainda prometeu ajudar na formulação de novo acordo de responsabilidade fiscal junto à União, e trabalhar para reverter "distorções" nos repasses ao Estado. "Ouvimos hoje a distorção que o Rio é, a diferença entre o que recebe de volta e o que arrecada para a União. O Rio é um estado forte, que produz muito em óleo e gás, mas arrecada pouco em cima disso", disse.

Lira disse, ainda, que trabalhará para aprovar a reforma administrativa e a PEC Emergencial - em tramitação no Senado. Em seu entendimento, os dois projetos devem ter aprovação mais célere que a **reforma tributária**. "Acredito que a PEC emergencial, que está no Senado, e a Reforma Administrativa vão andar mais rápido. A Reforma Administrativa já está na Câmara e só precisa ser pautada na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça]. A tributária precisa ser melhor analisada", afirmou.

A visita ao Rio foi marcada por uma reunião com o governador em exercício do Rio, Cláudio Castro (PSC), aliado de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro, e acompanhada por 24 dos 46 deputados

do Estado. Muitos integrantes da ala bolsonarista se deixaram fotografar sem máscara, como Luiz Lima , Carlos Jordy , Hélio Lopes e Daniel Silveira, todos do PSL.

Entre eles estava a deputada Flordelis (PSD), que compareceu de tobozeira eletrônica - ela é acusada de assassinar o marido, o pastor Anderson do Carmo, e enfrenta processo no Conselho de Ética da Câmara. Um número maior, de 28 deputados ou quase dois terços da bancada, compareceu à visita na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

A Maia Lira renovou críticas . "Quero deixar claro uma mudança de rumo na Câmara cios Deputados à partir de fevereiro. O presidente vai sempre votar, mas vai sempre escutar o colégio cie líderes, ouvir a maioria, as bancadas, vai acabar a "política do eu faço" e "nós" vamos fazer", disse.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Cidadania fiscal versus ilusão fiscal - OPINIÃO JURÍDICA

**IRAPUÃ BELTRÃO**

Quando escreveu "O Príncipe" ("Il Príncipe") em 1513, Maquiavel deixou um verdadeiro manual, contendo mandamentos, máximas e orientações, para a instituição e condução de um governo absolutista, que viesse a unificar a Itália (na época dividida).

Em uma das passagens de seu livro, justificando os meios pelos fins, Maquiavel defende que o povo deve ser ludibriado, como forma de manutenção do poder pelo príncipe soberano. Assim, ele explica para o príncipe: "todos vêm o que tu aparentas, poucos sentem aquilo que tu és; e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos muitos".

Apesar do modelo de Estado absolutista pregado por Maquiavel não encontrar mais espaço no atual estágio civilizatório, marcado pela hegemonia dos governos democráticos, ainda assim políticos e administradores eleitos pelo voto popular tentam ludibriar os cidadãos eleitores (cie quem deveria emanar o poder), com este espírito maquiavélico, por meio do que chamamos de ilusão financeira.

Esse fenômeno é narrado pelo economista Italiano Amilcare Puviani em seu livro "Teoria da Ilusão Financeira" ("Teoria della illusione finanziaria"), no qual ele demonstra que a complexidade e a falta de transparência dos sistemas tributários e de finanças públicas podem ser utilizados propositalmente pelos governantes e administradores públicos para sublimar a má gestão das receitas decorrentes da arrecadação tributária, bem como para diminuir a resistência e questionamentos dos contribuintes quanto à necessidade ou legitimidade dessas arrecadações compulsórias.

É o que acontece no Brasil, principalmente na tributação sobre o consumo, que é fragmentada em diversas competências legiferantes (federal, estaduais e municipais), com várias formas de incidências tributárias (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISSQN), em um sistema altamente complexo e custoso.

Pior, diante da cumulatividade dessas incidências tributárias, em todas as cadeias de produção (desde a importação/industrialização até o consumo final) e da mencionada complexidade de apuração de cada um

dos vários **tributos**, o consumidor final (que é o contribuinte que, de fato, arca com o ônus financeiro desses **impostos**) não tem consciência de quanto do valor pago pelo bem ou serviço adquirido foi destinado ao Estado, a título de tributação.

O que queremos dizer é que, quando uma pessoa vai ao mercado e compra um saco de feijão, por exemplo, por R\$ 8,00, ela sequer tem noção de quanto do valor foi repassado ao Fisco. Muitas vezes, a população nem se dá conta de que, ao consumir determinado bem ou serviço, está, naquele momento, contribuindo para o financiamento da atividade estatal. Uma verdadeira ilusão fiscal.

De fato, a tributação indireta (sobre a renda consumida) é mais difícil de ser percebida pela população, ao contrário da tributação que incide diretamente sobre a renda, situação em que o contribuinte "sente na pele" ao declarar e pagar um imposto calculado sobre o fruto de seu capital ou de trabalho. Isso, aliás, já foi notado há muito tempo (em 1848) pelo pensador inglês John Stuart Mill, em seu livro "Princípios da Economia Política" ("Principles of Political Economy").

Agora, se pela sua própria forma de incidência, a tributação sobre o consumo passa mais facilmente despercebida pelos cidadãos, esse ilusionismo fiscal é potencializado quando o Estado se organiza de forma complexa, estabelecendo diversas regras e alíquotas, fragmentando assim a base de incidência fiscal sobre consumo entre diversos entes políticos, com uma variação de carga fiscal (que varia não apenas entre setores econômicos, mas também de produto para produto).

Desse modo, quando indústria, comércio e prestadores de serviços se submetem a regimes tributários distintos, além da distorção econômica causada ao mercado, o consumidor final arca com o tributo no escuro, ao consumir determinado bem ou serviço.

Pior, quando o arroz tem uma carga de incidência fiscal diferente da carga de incidência fiscal do feijão que, por sua vez, é tributado diferente mente do que é a farinha, tudo isso com cálculos complexos que são apurados "por dentro" do valor dos bens comercializados (com um tributo incidindo sobre outro

tributo), o contribuinte fica impossibilitado de saber quanto está pagando de imposto.

Isso nos encaminha ao debate da **reforma tributária**, cujo desafio principal não é apenas apresentar um modelo de tributação sobre o consumo que se mostre o mais eficiente e neutro possível, mas que também se mostre claro e perceptível à população, de modo que os cidadãos tenham plena consciência de quanto estão pagando, para saber o quanto podem exigir de retorno da atividade estatal.

Nesse ponto, dentre todas propostas, aquela apresentada pela Câmara dos Deputados por meio da PEC nº 45/2019 é a que parece melhor atender a esses anseios, pois unifica todas as bases de incidência sobre o consumo (importação, industrialização, comércio e prestação de serviço) em um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que conta com: (i) uma alíquota única e uniforme; (ii) crédito amplo em cada uma das cadeias produtivas (evitando a cumulatividade, de modo a permitir com que o consumidor final arque apenas com a carga tributária incidente na última cadeia de consumo); e (iii) utilização do método do cálculo por fora, que possibilita ao consumidor final saber exatamente qual foi a carga tributária arcada quando da aquisição daquele bem ou serviço.

Enfim, uma **reforma tributária** é necessária, para que tenhamos mais cidadania e menos ilusionismo fiscal e financeiro. Afinal, todo o poder emana do povo (artigo. 1º, caput, CF/88), que merece clareza e transparência do Estado Fiscal.

Os cidadãos devem ter plena consciência de quanto estão pagando, para saber o quanto podem exigir de retorno

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186636?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186636?page=1&section=1)

# Volkswagen deve produzir para a Ford aqui - FERNANDO CALMON

"Embora a Autolatina no Brasil e na Argentina, entre 1987 e 1996, não terminasse em troca de flores, as duas marcas voltarão a colaborar, industrialmente, apenas aqui"

A poeira ainda não baixou sobre a retirada da Ford como produtor de veículos no Brasil. Além das implicações econômicas e políticas, é natural que surjam notícias de todos os lados. O fervor dos acontecimentos chegou ao ponto de sugerir que os empregados da fábrica de Taubaté (SP) pudessem formar uma espécie de cooperativa para administrar as instalações. Obviamente, isso não acontecerá, pois, sem mercado, não há para quem vender a produção.

O governo da Bahia correu para bater às portas da embaixada chinesa, em Brasília, na esperança de que algum fabricante do país asiático pudesse assumir ou comprar a fábrica de Camaçari. O presidente da Caca, Carlos Alberto de Oliveira Andrade, também disse que, "com alguma ajuda", teria interesse na fábrica baiana, que tem capacidade até 300 mil veículos por ano, incluindo a unidade de motores 1-litro local.

A Ford tem ativos fabris no Brasil difíceis de vender. No entanto, a possibilidade de a marca encolher e apenas importar produtos da Argentina, do Uruguai, da China, dos Estados Unidos e do Canadá não deve ser o cenário definitivo. Depois de reservar US\$ 4,5 bilhões (R\$ 23 bilhões) para enfrentar todas as indenizações e despesas, daqui a quatro ou cinco anos poderá voltar a produzir no Brasil. Mas não com fábrica própria. Nada de produto com baixo valor agregado, alto índice de localização das peças ou sem rentabilidade.

Hoje, VW e Ford já têm acerto de colaboração envolvendo picapes médias, furgões e novas tecnologias. Na Europa, a Ford lançará um modelo elétrico a partir da arquitetura modular MEB da VW, que deu origem ao ID.3, ao ID.4 e outros ainda virão. Na África do Sul, a Ford produzirá as novas Ranger e Amarok.

Portanto, embora a Autolatina no Brasil e na Argentina, entre 1987 e 1996, não terminasse em troca de flores, as duas marcas voltarão a colaborar, industrialmente, apenas aqui. Em meia década, porém, o país deve encontrar um rumo para melhorar o ambiente de negócios e fechar o tal manicômio

tributário. Os incentivos, baseados em renúncias fiscais, prosperaram, porque os **impostos** sobre automóveis são os mais altos do mundo. Governos nos três níveis querem tirar a sua parte e até aumentá-la, como aconteceu, agora, com o ICMS em São Paulo.

Quem sabe os políticos, agora, caiam na real.

Stellantis estreia com ambições claras

O presidente-executivo da Stellantis, resultante da fusão entre PSA e FCA, o português Carlos Tavares, de 62 anos, resumiu o mote da nova empresa nascida no último dia 16: "Excelência é melhor do que ser grande". Pragmático, ele já passou pela Renault, desentendeu-se com Carlos Ghosn, da aliança Renault-Nissan, foi para a PSA, equacionou seus problemas e liderou a compra da Opel/Vauxhall da GM, na Europa.

Tavares mostrou estar focado em manter todas as fábricas abertas em mais de 30 países, além dos 400 mil empregados do quarto maior grupo automobilístico do mundo. A missão, sem dúvida, será difícil, pois o grupo reúne 14 marcas. Além de cinco culturas automobilísticas diferentes: francesa, italiana, alemã, inglesa e americana.

Na sua primeira entrevista, ressaltou muitos desafios. Um deles é aumento de custos entre 20% e 40% que os governos, principalmente europeus, estão impondo às fabricantes em termos de eletrificação acelerada, emissões e segurança veiculares. Disse que dará atenção à mobilidade compartilhada, embora isso possa diminuir as vendas globais de veículos.

Apesar de não ter comentado diretamente, deixou a entender que menos carros vendidos são um desafio para manter a rentabilidade mínima e saudável de 7%, antes de **impostos** e amortizações.

Quanto à América do Sul, delegou a Antonio Filosa, executivo-chefe da ex-FCA, o comando de todas as operações da Stellantis no continente. Entre as decisões da nova administração na região estão a integração parcial (no primeiro momento) das redes de concessionárias Fiat e Peugeot/Citroën, além da utilização dos novos motores Fiat turbo em produtos das duas marcas francesas.

## Renault focará em modelos rentáveis

A pandemia tem levado as marcas a cuidar ainda mais da saúde financeira. Luca De Meo assumiu o comando mundial da Renault há seis meses e anunciou, agora, seu plano "Renaulution". Entre outras estratégias, ampliará as arquiteturas integradas com a Nissan e a atuação mais focada em rentabilidade do que em participação de mercado.

Isso se aplica também ao Brasil, e, desde o ano passado, a meta de alcançar 10% de participação deixou de ser a prioridade. Se a produção não for minimamente rentável, vendas diretas a locadoras e frotistas serão definitivamente afetadas.

A Renault lidera a venda de elétricos e híbridos na Europa e De Meo reafirmou essa prioridade. Em breve, a marca anunciará um novo ciclo de investimentos no Brasil. O que se sabe até agora: foco nos "andares" de cima do mercado, sinergias com a Nissan e motores turbo flex visando a diminuição de consumo de combustíveis e emissões.

# Alta no ICMS é esforço coletivo por áreas prioritárias, afirma SP

**Fernanda Brigatti - são paulo**

O corte de benefícios fiscais de ICMS no estado de São Paulo deve ser visto como um esforço coletivo para garantir investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação e segurança pública, diz a secretária de Desenvolvimento Econômico Patrícia Ellen.

Além disso, afirma, a suspensão nas isenções ou reduções de alíquota tem data para acabar, diz.

"Importante lembrar que todas as suspensões de benefícios foram feitas em caráter emergencial e temporário, de até 24 meses, justamente para que todos possam contribuir", afirmou Ellen à Folha.

Nesse período, a expectativa da gestão paulista é que o governo federal avance com as reformas administrativa e tributária, que poderão mexer na estrutura de **impostos** nos estados e no volume de despesas com o funcionalismo.

Se essas mudanças não ocorrerem nos próximos dois anos, os benefícios fiscais voltarão a ser aplicados no formato em vigor até dezembro de 2020. Segundo Ellen, esse foi um compromisso do governador João Doria (PSDB).

As novas alíquotas do ICMS entraram em vigor no dia 15. No mesmo dia, o governo publicou a revogação das mudanças para produtos hortifrutigranjeiros, insumos agrícolas, energia elétrica rural e medicamentos genéricos.

Para esse último, a alíquota de 12% foi mantida - passaria a ser de 13,3%. Os três primeiros continuarão isentos do imposto estadual.

Entidades de diversos setores ainda tinham a expectativa de conseguir manter seus benefícios. No agro, o leite pasteurizado deixou de ser isento, e as carnes vendidas para supermercados enquadrados no Simples Nacional têm novas alíquotas.

Essas mudanças, porém, não deverão ser revogadas. Segundo Ellen, todas as revisões que seriam realizadas já foram anunciadas. "Nós estamos no limite da capacidade de investimento para as áreas prioritárias. Nesta semana mesmo tivemos de adicionar 300 leitos [hospitalares] para garantir

atendimento [durante a pandemia de Covid-19]." A renúncia fiscal do governo de São Paulo passa dos R\$ 30 bilhões ao ano. O ajuste fiscal aprovado no ano passado pretendia gerar uma receita de R\$ 7 bilhões ao ano para o caixa do estado. O valor ainda não cobriria o rombo de R\$ 10 bilhões causado pela crise econômica em decorrência da pandemia.

A manutenção dos benefícios para a produção de alimentos e medicamentos genéricos custará cerca de R\$ 520 milhões. Essa receita perdida precisará ser compensada. Segundo Ellen, a equipe econômica está trabalhando na identificação de fontes para repor esse valor.

A medida é necessária porque a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que o Executivo não pode mudar a previsão de uma receita aprovada em orçamento sem que haja a definição de como ela será compensada.

Os setores afetados pela revisão dos benefícios fiscais dizem que a decisão da gestão Doria poderá inviabilizar negócios e encarecer produtos para o consumidor final.

O governo de São Paulo, por sua vez, afirma que o Procon-SP vem monitorando preços para atuar em casos de aumentos abusivos.

Elles aponta, por exemplo, que diversos produtos tiveram alta de preços mesmo com os benefícios fiscais vigentes. No período de um ano até novembro de 2020, a carne de segunda subiu 56% segundo o Procon-SP, e os ovos, 16%.

A disputa pela manutenção de benefícios fiscais foi parar no Judiciário. Pelo menos 20 processos já foram apresentados por associações, sindicatos e federações.

Nesta quarta, conforme antecipou a coluna Painel S. A., o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) concedeu liminar à ProGenéricos (Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos) e suspendeu a mudanças nas alíquotas de ICMS para equipamentos hospitalares e medicamentos vendidos a estabelecimentos privados.

Também nesta quarta, quatro decisões liminares

foram suspensas pelo TJ-SP, mantendo a decisão do governo de revisar a redução de ICMS.

Para a secretária de Desenvolvimento Econômico, "as associações são extremamente organizadas" e "estão nos seus direitos" de contestar a decisão do governo de São Paulo.

No entanto, ela afirma que todo o ajuste fiscal realizado pela gestão foi baseado em entendimentos da Procuradoria- Geral do Estado e, portanto, seguindo preceitos legais.

"Nosso modelo tributário é extremamente desigual. Por mais que tenha essa narrativa por parte das associações de que o benefício impacta positivamente a vida das pessoas, o que nós vemos é que há desigualdade. Pessoas e setores menos favorecidos acabam tendo um tratamento desproporcional de **impostos**." Também já entraram com ações contra a revisão dos benefícios de ICMS entidades como Abrasel-SP (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), Anahp (associação dos hospitais privados), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Abimo (Associação Brasileira da Indústria de Ar fijos e Equipamentos médicos).

Os distribuidores de veículos também estudam buscar o Judiciário para tentar barrar o aumento. No dia 15, a alíquota para os revendedores passou de 1,8% para 5,5%. Em 1º de abril, passará a ser de 3,9%.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49413&anchor=6427111>**

# Tributo maior inviabiliza produção de leite, diz setor

A manutenção do fim da isenção de ICMS para o leite pasteurizado produzido em São Paulo terá pouco efeito sobre a arrecadação e muito sobre o trabalho das cooperativas de leite, dizem entidades do setor lácteo.

Desde o dia 15, a alíquota de imposto estadual do leite de saquinho, como o produto é conhecido, passou a ser de 4,14%. O aumento afeta 6.000 pequenos produtores, a maioria ligada a cooperativas da região do Vale do Paraíba.

"Esse é um produto de característica bem local, ele é muito fresco, não viaja distâncias longas. Essas cooperativas produzem em volume pequeno, mas é muito distribuído nas periferias das cidades", diz o vice-presidente da Abraleite (Associação Brasileira dos Produtores de Leite), Roberto Jank Junior.

A associação calcula que a arrecadação de ICMS gerada pela produção do leite pasteurizado fique na faixa de R\$ 1 milhão por mês, chegando a R\$ 12 milhões ao ano.

Nas contas do Sind Leite (Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivado), a arrecadação anual fica em R\$ 15 milhões. "Uma piada para quem quer arrecadar R\$ 8 bilhões", diz Carlos Humberto Mendes de Carvalho, presidente do sindicato.

Os R\$ 8 bilhões a que ele se refere têm relação com o rombo estimado em R\$ 7 bilhões pelo governo como justificativa para o ajuste fiscal.

A margem de lucro dos produtores fica entre 5% e 10%, segundo Jank. Na avaliação dele, a cobrança do ICMS praticamente inviabiliza a rentabilidade do negócio.

A produção de leite pasteurizado paulista representa 1,5% do consumo no estado. São 175 milhões de litros ao ano, dos quais 70 milhões vão para o Vivaleite, programa de distribuição gratuita. Esses não têm cobrança de **impostos**.

O presidente do Sind Leite calcula que o litro suba R\$ 0,13, chegando a até R\$ 3,40 para o consumidor.

A maior parte dessa produção é escoada para o interior do estado.

"Para o pequeno produtor de leite, é muito importante esse aumento. Tem micro usinas, pequenas usinas, que só fazem isso. Ele vai continuar vendendo, mas com 4,14% de acréscimo" diz Carvalho.

No ano passado, após a aprovação do ajuste fiscal, grupos de diversos segmentos começaram a negociar com o governo do estado. Cerca de 200 produtos tiveram seus benefícios fiscais revistos.

No setor lácteo, essa negociação permitiu manter a isenção ou redução de alíquota para outros produtos, como iogurte, leite cru para produção e leite UHT (o longa vida).

Em contrapartida, o setor aceitou o fim do benefício fiscal para três tipos de queijos, muçarela, prato e minas. Esses produtos passaram da alíquota de 12% para 13,3% em 15 de janeiro.

No dia 1º de abril haverá nova mudança e eles passarão a ter a alíquota padrão de 18%. Para o Sind Leite e a Abraleite, a negociação que levou ao aumento no tributo dos queijos incluía manter a isenção para o leite pasteurizado.

A Secretaria de Fazenda de São Paulo diz que os pleitos do setor de laticínios foram atendidos em dezembro do ano passado, quando o governo concedeu benefício de crédito para a compra de leite cru pela indústria de derivados.

"Segundo o Procon, o leite pasteurizado teve alta de 31,58% de novembro de 2019 a novembro de 2020, acima da **inflação** do período, o que mostra que o produto onerou o consumidor mesmo com isenção fiscal", afirma a Fazenda estadual, em nota.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49413&anchor=6427111>

# Pleno emprego passa a ser lema de Washington



Jeanna Smialek THE NEW YORK TIMES

Enquanto o presidente eleito Joe Biden se preparava para assumir o cargo nesta semana, sua equipe e o Federal Reserve (Fed) apontavam para uma meta econômica significativa: fazer o mercado de trabalho voltar ao ponto em que estava antes da pandemia.

O cenário que existia 11 meses atrás - com 3,5% de desemprego, participação estável ou crescente da força de trabalho e salários cada vez maiores - acabou sendo uma receita para levantar todos os barcos, criar oportunidades econômicas para grupos há muito marginalizados e reduzir as taxas de pobreza. E o aumento dos preços permaneceram administráveis e até mesmo um pouco negativos. Isso contrasta com os esforços para empurrar os limites do mercado de trabalho na década de 1960, que são amplamente responsabilizados por estabelecer as bases para a **inflação** galopante.

Então, a pandemia interrompeu o teste em execução e os esforços para conter o vírus levaram o desemprego a disparar para níveis nunca vistos desde a Grande Depressão. A recuperação foi interrompida por novas ondas de contágio, mantendo milhões de trabalhadores afastados e causando o recomeço da perda de empregos.

Os legisladores de todo o governo concordam que um retorno a esse mercado de trabalho aquecido deve ser uma meta central, uma mudança notável desde a última expansão econômica e que poderia ajudar a configurar a recuperação econômica.

Biden deixou claro que seu governo se concentrará nos trabalhadores e escolheu uma equipe experiente e com foco no mercado de trabalho. Janet Yellen,

economista e ex-presidente do Fed, será a secretária do Tesouro e Marty Walsh, ex-líder sindical, o secretário do Trabalho.

No passado, legisladores e funcionários do Fed tendiam a pregar lealdade ao pleno emprego - a menor taxa de desemprego que uma economia pode sustentar sem alimentar uma **inflação** alta ou outras instabilidades - enquanto retiravam o apoio fiscal e monetário antes de atingir essa meta, pois temiam que uma abordagem mais paciente causasse picos de preços e outros problemas.

Essa timidez parece menos provável de ser vista desta vez.

Biden assume o cargo enquanto os democratas controlam a Câmara e o Senado e em um momento em que muitos políticos estão menos preocupados com a possibilidade de o governo assumir dívidas graças aos custos de empréstimos historicamente baixos. E o Fed, que tem um histórico de aumento das taxas de juros à medida que o desemprego cai e o Congresso gasta mais do que arrecada em **impostos**, comprometeu-se a ter mais paciência desta vez.

"Pesquisas econômicas confirmam que com condições como a crise atual, especialmente com taxas de juros tão baixas, tomar medidas imediatas - mesmo com financiamento do déficit - vai ajudar a economia, a longo e curto prazos", disse Biden em entrevista coletiva em 8 de janeiro, destacando que uma ação rápida "reduziria as cicatrizes no mercado de trabalho".

Jerome Powell, presidente do Fed, disse na semana passada que sua instituição está fortemente focada em restabelecer as taxas de desemprego mais baixas. "Isso é realmente no que estamos mais focados - voltar a um mercado de trabalho forte com rapidez suficiente para que as vidas das pessoas possam voltar para onde elas querem", disse Powell. "Estávamos em um bom lugar em fevereiro de 2020 e achamos que podemos voltar para aquele ponto, eu diria, muito mais cedo do que prevíamos".

Experimento. O cenário está armado para um experimento macroeconômico, que testará se grandes pacotes de gastos do governo e políticas do banco central favoráveis ao crescimento podem trabalhar juntos para promover uma recuperação rápida que

inclua uma ampla faixa de americanos sem ficar sujeito a efeitos colaterais prejudiciais. "O que acontece com o Fed é que realmente ele é a maré que levanta todos os barcos", disse Nela Richardson, economista-chefe do processador de folhas de pagamento ADP, explicando que o banco central focado no trabalho pode estabelecer as bases para um crescimento robusto. "O que a política fiscal pode fazer é atingir comunidades específicas de uma forma que o Fed não consegue." O governo gastou prontamente para apoiar a economia diante da pandemia e os analistas esperam que mais ajuda esteja a caminho. A equipe de Biden sugeriu um ambicioso pacote de gastos de US\$ 1,9 trilhão.

Os dirigentes do Fed agora são muito mais modestos quanto a julgar se a economia está ou não em "pleno emprego".

No rastro da crise de 2008, eles pensavam que o desemprego estava testando seus limites saudáveis, mas o desemprego continuou a cair drasticamente, sem alimentar aumentos de preços descontrolados.

Em agosto de 2020, Powell disse que ele e seus colegas agora se concentrarão nas "limitações" do pleno emprego, em vez de "desvios". A menos que a **inflação** esteja realmente aumentando ou os riscos financeiros aumentem, eles verão a queda do desemprego como um desenvolvimento bem-vindo e não um risco a ser evitado.

Isso significa que as taxas de juros provavelmente permanecerão próximas de zero por anos. Dirigentes do Fed também sinalizaram que esperam continuar comprando grandes somas de títulos de dívidas apoiados pelo governo, cerca de US\$ 120 bilhões por mês, pelo menos nos próximos meses.

O apoio do Fed pode ajudar os gastos do governo a acelerar a demanda. Espera-se que as famílias acumulem grandes reservas de poupança ao receberem cheques de estímulo no início de 2021 e, depois, saquem esse dinheiro conforme as vacinas sejam administradas e a vida econômica normal seja retomada.

Taxas baixas podem dar espaço a grandes investimentos - como casas.

Ainda assim, alguns analistas alertam que as políticas de hoje podem resultar em problemas futuros, como **inflação** galopante, tomada de risco do mercado financeiro ou uma dívida pendente prejudicial.

Existem razões para acreditar que desta vez seja diferente.

A **inflação** está baixa há décadas e permanece contida em todo o mundo. A relação entre desemprego e salários e preços tem sido mais tênue do que nas últimas décadas. Do Japão à Europa, o problema do momento são os fracos benefícios dos preços que prendem as economias em ciclos de estagnação ao erodir o espaço para cortar os juros em tempos de crise, e não a **inflação** rápida.

E os economistas dizem cada vez mais que, embora possa haver custos de longos períodos de política fiscal e monetária favorável ao crescimento, também há custos ao ser cauteloso demais.

Não está claro se 3,5% de desemprego será o nível exato que os Estados Unidos voltarão a atingir. O que está claro é que muitos legisladores querem testar do que a economia é capaz, em vez de adivinhar antecipadamente uma combinação mágica para o sucesso.

Cenário

"(Uma ação rápida) reduziria as cicatrizes no mercado de trabalho." Joe Biden PRESIDENTE ELEITO DOS ESTADOS UNIDOS EM ENTREVISTA NO DIA 8 DE JANEIRO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Renault lança serviço de locação de carro



Cleide Silva

Ninguém sabe ainda qual o tamanho desse mercado no Brasil, mas como a expectativa é de crescimento rápido, a Renault lançou ontem seu programa de carros por assinatura.

É a sétima montadora a aderir ao serviço que dá a opção ao consumidor de alugar um veículo por até dois anos com prestações mensais que incluem manutenção, seguro, **impostos**, assistência 24 horas e gestão de documentos.

Chamado Renault On Demand, o serviço pode ser adquirido pelo celular e tem opções de mensalidades a partir de R\$ 879 (Kwid) a R\$ 1.699 (Duster), de acordo com a quilometragem mensal que a pessoa pretende contratar. "Não sabemos ainda o tamanho da demanda, mas com a pandemia deve crescer mais rápido do que imaginávamos antes", diz Bruno Hohmann, vice-presidente comercial da Renault do Brasil.

Segundo ele, muitas pessoas que trocaram o carro próprio por serviços de aplicativos querem voltar agora a ter um veículo por questões de segurança, e a locação é opção atrativa. Locadoras já oferecem o serviço há algum tempo, mas uma das vantagens, diz Hohmann, é contratá-lo direto da montadora, sem passar por intermediários.

O serviço, direcionado a pessoas físicas e jurídicas, está disponível na Europa há alguns anos e, segundo o executivo, em algumas capitais, como Madri (Espanha), já é uma operação rentável e responde por 25% a 30% das vendas da marca.

Novo consumidor. De olho nesse nicho que faz parte do que a indústria global considera o novo consumidor, em especial jovens que não querem mais

ter um automóvel, apenas a mobilidade, em pouco mais de um ano lançaram no Brasil programas de assinatura Audi, Fiat, Jeep, Nissan, Toyota e Volkswagen.

Antes de lançar o On Demand, a Renault realizou testes com 200 consumidores. Segundo Hohmann, há clientes com diferentes perfis. Têm aqueles que querem comodidade - por exemplo, não ter de se preocupar em administrar pagamentos de IPVA, contratar seguro e revender o carro no futuro.

Outro perfil são aqueles que fazem a conta para saber o que é mais vantajoso, se guardar dinheiro para dar entrada em um carro e financiar o restante, ou não gastar o valor da entrada de uma vez e pagar as mensalidades fixas da assinatura. Por último tem o consumidor corporativo, que também faz contas e pode conferir as opções entre o serviço de uma locadora clássica e o da montadora.

Além de Kwid e Duster, o serviço também está disponível para o Sandero Stepway. Segundo Enrico Rossini, diretor-geral da RCI Brasil, braço financeiro da aliança Renault/Nissan, outros modelos serão incluídos no programa, inclusive elétricos.

Para calcular as vantagens entre compra ou locação, o interessado precisa fazer a conta incluindo valor do modelo, quanto daria de entrada, as prestações, valor do seguro de acordo com seu perfil e a quilometragem média que costuma dirigir.

De olho

"Não sabemos ainda o tamanho da demanda (para o serviço de locação), mas com a pandemia deve crescer mais rápido do que imaginávamos antes."

Bruno Hohmann VICE-PRESIDENTE COMERCIAL DA RENAULT DO BRASIL

PARA ENTENDER

Setor passa por mudanças

A reestruturação mundial que o setor automobilístico enfrenta, e que tem levado à mudanças profundas como fechamento de fábricas, parcerias com empresas de tecnologia, fim da produção de carros a combustão e foco em modelos elétricos e híbridos e até o veículo autônomo também traz na lista mudanças menos profundas, mas que não apareciam

nas estratégias das montadoras até pouco tempo. Entre elas estão os serviços de assinatura (locação) e compartilhamento de carros, antes prestados por terceiros. A sociedade passou a consumir muita coisa por assinatura, como TV, música e filmes, e a indústria copiou a receita para os automóveis.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Acabou a pólvora - BRASÍLIA - DF

**DENISE ROTHENBURG**

O cumprimento de Jair Bolsonaro ao novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, demorou porque o capitão queria esperar a saída de Donald Trump. Agora, até Biden ler a carta no estilo "bandeira branca" enviada pelo presidente, levará algum tempo. Antes de ler as linhas traçadas pela ala mais "muita calma nessa hora" do governo brasileiro, Biden, conforme avisam diplomatas, reajustará a relação com os países europeus e se juntará às pressões para que o Brasil proteja suas florestas. Diante dessa nova realidade, Bolsonaro, se deixar as bravatas de lado, terá a chance de apostar na preservação ambiental e tentar se colocar na cobrança pelos créditos de carbono e economia verde. Se quiser permanecer no discurso do valentão sobre "saliva e pólvora" para agradar seus apoiadores mais aguerridos nas redes sociais, ficará falando sozinho. Para quem não se lembra, em novembro, quando Biden foi eleito, Bolsonaro fez um discurso sobre as cobranças pela preservação ambiental, dizendo que, "quando acaba a saliva, tem que ter pólvora". Pelo visto, a munição acabou.

Estado de defesa e os EUA Quanto mais autoridades brasileiras usarem expressões do tipo "militares decidem se um povo terá democracia ou ditadura", como fez Jair Bolsonaro, ou "calamidade é antessala do estado de defesa", como fez o procurador-geral Augusto Aras, mais o Brasil estará longe do novo governo dos EUA. Vai ficar mesmo é bem perto do sistema venezuelano, regime que o presidente tanto critica.

Quem avisa...

Estudioso do Orçamento da União há décadas, o deputado Júlio César (PSD-PI) avisou a Bolsonaro que o governo precisa escancarar o quadro de dificuldades fiscais para tentar reduzir a pressão sobre a continuidade do auxílio emergencial. "A situação das contas públicas é crítica, porque a dívida está na casa dos 91% do Produto Interno Bruto (**PIB**)", diz o parlamentar.

. amigo é Júlio César não entrou na discussão sobre estender o auxílio por mais alguns meses, porque considera ser um tema do Ministério da Economia. Porém, deixou claro que a renovação do benefício representará R\$ 20 bilhões/mês, num cenário em que houve queda de arrecadação. Bolsonaro concordou que as dificuldades existem, porém, não entrou em detalhes.

Se vira, Brandão!

No Banco do Brasil, segue a tensão. Bolsonaro garantiu que não haverá fechamento de agências, mas uma turma da área técnica espera que essa garantia seja igual àquela de que não compraria a CoronaVac.

Vexame atrás de vexame/ As autoridades manauaras podem se preparar para um futuro a la Wilson Witzel ou Marcelo Crivella. Além da questão de falta de oxigênio, que levou à morte de várias pessoas, agora, a revolta é com as filhas de um megaempresário, médicas nomeadas para cargos comissionados na prefeitura, que foram vacinadas e não estão na linha de frente do combate à covid.

Só tem uma saída/ A prefeitura será chamada a colocar as duas na linha de frente dos hospitais, que, aliás, clamam por pessoal. E o Ernesto, hein?/ Os parlamentares não engoliram as afirmações do chanceler Ernesto Araújo (foto) de que está tudo bem com o governo da China e com o da Índia no quesito vacinas. Se faltar imunizante, depois de aplicada essa primeira leva, vai respingar no Itamaraty parte das ações judiciais em estudo.

Por falar em vacinas.../ Furar a fila da vacinação deveria ser crime inafiançável. Pelo menos, já tem deputados interessados em preparar projetos nesse sentido.

## País ainda lidera ranking de taxas altas

Apesar de a taxa básica da economia (Selic) permanecer no menor patamar da história, de 2% ao ano, o Brasil ainda figura no ranking das 10 maiores taxas de juros do mundo, sejam nominais, sejam reais (descontada a **inflação**). Conforme levantamento feito pela Infinity Asset Management, o Brasil ficou em 8º lugar no ranking de 40 países, com taxa de juro real de -0,19% ao ano. O dado é elaborado considerando a taxa Selic projetada para os próximos 12 meses, descontando a **inflação** estimada para o mesmo período, que consta no boletim Focus, do Banco Central, de 4,3% ao ano, de acordo com o economista-chefe da Infinity, Jason Vieira. Argentina na liderançaA taxa média ficou -1,28% na lista, com a Turquia na liderança, com juros reais de 2,44%. A Indonésia, em segundo lugar, com juros reais de 1,56% ao ano, foi acompanhada, na sequência, por Rússia, China e México com taxas anuais de 1,18%, 0,88% e 0,68%, respectivamente. A Argentina, com a menor taxa de juros real, de -11,64%, ficou na lanterna.

Já no ranking de juros nominais elaborado pela Infinity, o Brasil ficou em 10º lugar entre os 40 países listados. Na liderança, a Argentina, com taxa básica de 38% ao ano, é seguida pela Turquia, com juros nominais de 17% ao ano. Índia, China, México e Rússia vieram na sequência, com taxas anuais de 6,40%, 4,35%, 4,25% e 4,25%, respectivamente.

Na avaliação de Vieira, a decisão do Copom, de manter a Selic e retirar o instrumento que sinalizava a manutenção dos juros por um período mais prolongado "foi em linha com o esperado". Ele prevê alta da Selic a partir de março, com os juros básicos encerrando 2021 em 4% ao ano.(RH)

## Com Biden, meio ambiente volta à pauta (3)

Em lugar de pessoas, 200 mil bandeiras perfiladas diante do Capitólio representaram norte-americanos dos 50 estados do país. Foi nesse cenário, em que os eleitores não estiveram presentes, pela primeira vez na história, devido à pandemia, que Joe Biden fez seu primeiro discurso, após ser empossado como o 46º presidente dos Estados Unidos. Ele conclamou os americanos a se unirem para reerguer o país, a "recomeçar do zero". "Sem unidade, não há paz, há apenas amargura e fúria. Não há progresso, apenas indignação exaustiva. Não há nação, apenas um estado de caos. Este é o nosso momento histórico de crise e desafio, e a união é o caminho a ser tomado", disse.

O primeiro desafio de Biden é imunizar os norte-americanos contra a pandemia do novo coronavírus. Em seguida, unificar o país, ou pelo menos reduzir a tensão entre republicanos radicais, apoiadores de Trump, e os democratas, uma das missões mais difíceis. Em grande parte, a vitória foi alcançada pelo voto de migrantes e afro-americanos, vítimas da violência dos supremacistas brancos. Além das fraturas ideológicas e sociais, Biden está desafiado a recuperar a economia. Com a crise sanitária, o desenvolvimento dos EUA encolheu. O desemprego chega a quase 7% da população economicamente ativa; o Produto Interno Bruto (**PIB**) recuou 3,5%, estando abaixo do nível pré-pandemia; e houve uma quebra generalizada de empresas.

O presidente Joe Biden, embora com maioria no Congresso, poderá ter dificuldades para elevar a carga tributária das empresas de 21%, fixada pelo antecessor Donald Trump, para 28%, como no período de Barack Obama. O pacote fiscal preparado pela equipe de Biden orienta as compras governamentais para as empresas norte-americanas. No entanto, só isso não será suficiente, e há quem aposte que a campanha para que todos comprem somente produtos nacionais terá pouca eficácia.

A guerra comercial entre os EUA e a China impactará o Brasil. Apesar de estar no polo oposto, Biden converge com Trump em relação à tecnologia 5G, desenvolvida pela concorrente chinesa Huawei. A China, no entanto, é a primeira parceira comercial do Brasil. Os Estados Unidos ocupam a segunda posição. Desagradar um ou outro deixa o governo brasileiro em situação delicada. A tecnologia chinesa aportou no Brasil. Biden não deverá ser tão radical quanto Trump, mas poderá estabelecer limites à chinesa.

A condução da política ambiental brasileira é crucial para que as relações entre os atuais governos brasileiro e norte-americano sejam amigáveis. Biden anunciou que os EUA voltarão ao Acordo de Paris, do qual o Brasil é signatário, e reforçará a tendência dos países desenvolvidos de migrar para uma economia verde, com redução das emissões de gases de efeito estufa, responsável pelas mudanças climáticas. Bolsonaro, por sua vez, coloca em dúvida o que diz a ciência sobre o tema, assim como Trump. Juan Gonzalez, indicado por Biden para o cargo de diretor sênior para o Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional, será o responsável por assuntos ligados à América Latina, entre eles, o meio ambiente. Gonzalez é um crítico da política ambiental do Brasil.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) só espera uma orientação de Biden para estabelecer sanções comerciais aos integrantes que desrespeitam o meio ambiente e não combatem o trabalho infantil e escravo, como ocorria nos anos 1990. Nessa perspectiva, o Brasil também seria afetado na OMC, uma vez que perdeu o status de país em desenvolvimento, certo de que ingressaria na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o apoio de Trump - algo que não se concretizou. Para evitar mais percalços, o Brasil terá de ter habilidade diplomática e adequar políticas à tendência mundial. Caso contrário, corre o risco de se tornar um parceiro esquecido.

# Banco Central decide abandonar compromisso de não subir os juros

*Larissa Garcia - Brasília*

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central manteve a taxa básica de juros em 2% ao ano nesta quarta-feira (20), mas decidiu abandonar o compromisso de não subir juros nas próximas reuniões, o chamado de "forward guidance".

Isso significa que o Copom voltará a analisar o cenário econômico geral a cada reunião e poderá elevar a Selic, mas não especificou quando. No mercado, estima-se que os juros básicos possam subir ainda no primeiro semestre e que terminem o ano pouco acima de 3%.

"Em vista das novas informações, o Copom avalia que essas condições [para a manutenção do 'forward guidance'] deixaram de ser satisfeitas já que as expectativas de **inflação**, assim como as projeções de **inflação** de seu cenário básico, estão suficientemente próximas da meta de **inflação** para o horizonte relevante de política monetária", diz o BC no **comunicado** da decisão.

"Como consequência, o 'forward guidance' deixa de existir e a condução da política monetária seguirá, doravante, a análise usual do balanço de riscos para a **inflação** prospectiva", afirma o texto.

No cenário principal do Banco Central, que considera estimativas de mercado para os juros, as projeções para a **inflação** são de 3,6% para 2021 e 3,4% para 2022. Os resultados estão próximos do centro das metas para esses dois anos (3,75% e 3,50%, respectivamente).

Na decisão desta quarta, a autoridade monetária reafirma que, mesmo sem o instrumento, o BC poderá manter a Selic no patamar atual.

"O comitê reitera que o fim do 'forward guidance' não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever, neste momento, estímulo extraordinariamente elevado ante as incertezas quanto à evolução da atividade", diz o **comunicado**.

"As diversas medidas de **inflação** subjacente apresentaram-se em níveis acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a **inflação**." No

**comunicado**, o comitê repetiu que a **inflação** permanece com fatos de risco em duas direções. Abaixa atividade econômica pode puxá-la para baixo.

Por outro lado, a piora nas contas públicas com o prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia podem puxar os preços para cima. Para o Banco Central, o risco fiscal elevado segue puxando para cima esse balanço de risco.

"O comitê entende que essa decisão [de ainda não mexer nos juros] reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a **inflação** prospectiva e é compatível com a convergência da **inflação** para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022", diz o Copom.

O BC também afirma no **comunicado** da decisão que a **inflação** se prolongou além do esperado, mas reiterou que esse movimento é temporário e espelha a recente elevação no preço de commodities internacionais e seus reflexos sobre os preços de alimentos e combustíveis.

"Apesar da pressão inflacionária mais forte a curto prazo, o comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, ainda que tenham se revelado mais persistentes do que o esperado." Na última decisão de 2020, em dezembro, o Copom já tinha anunciado que retiraria em breve o compromisso de não subir juros.

Esse compromisso é um instrumento secundário de política monetária, chamado de "forward guidance", ou prescrição futura. Nele, o BC garantia não subir juros a menos que as expectativas de **inflação** fosse elevadas acima da meta ou que o regime fiscal fosse alterado.

Como o comitê tinha a avaliação de que a taxa Selic está próxima do seu limite mínimo, recorria ao recurso para tentar diminuir a especulação em torno da taxa básica de juros futura e aumentar o estímulo à economia sem cortar ainda mais os juros.

Na ata da reunião anterior, o Banco Central esclareceu que retirar o instrumento não significa uma alta automática nos juros.

Ou seja, mesmo sem o "forward guidance", o comitê poderia decidir manter a taxa básica com base na análise da conjuntura.

A decisão do Copom veio em linha com as expectativas de mercado - todos os economistas consultados pela agência Bloomberg projetavam a manutenção da taxa.

A decisão desta quarta-feira (20) foi a quarta consecutiva em que não houve alteração na Selic, após um longo ciclo de queda iniciado em julho de 2019.

Para o BC, o aumento do número de casos e o aparecimento de novas cepas do vírus, principalmente em economias desenvolvidas, poderão afetar a atividade.

A autoridade monetária, no entanto, demonstrou otimismo com as vacinas e novos programas de estímulos.

"Novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, unidos à implementação dos programas de imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação sólida da atividade no médio prazo", avalia o Copom.

Para o comitê, a baixa atividade econômica favorece a manutenção dos juros em patamares baixos nos países desenvolvidos, favorecendo os emergentes.

"A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração, permitindo um ambiente favorável para economias emergentes." Em relação à atividade econômica brasileira, segundo o BC, indicadores referentes ao fim do ano passado têm surpreendido positivamente, mas não contemplam os possíveis efeitos do recente aumento no número de casos de Covid-19.

"Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o primeiro trimestre deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais", analisa.

O BC reafirmou ainda que considera importante a continuação do processo de reformas econômicas, que estão em tramitação no Congresso.

O controle da **inflação** é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a **inflação** está alta, o Copom sobe os juros

com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

A **inflação** oficial, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fechou 2020 em 4,52%, acima da meta definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 4%, mas dentro da tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo.

Até setembro, as expectativas giravam em torno de 2%, com o efeito deflacionário (redução de preços) da crise e da queda na atividade econômica. As estimativas se elevaram com a alta nos preços de alimentos e combustíveis. Desde então, o BC afirma que o movimento é temporário.

Segundo o relatório Focus desta semana, no qual o BC divulga as projeções do mercado, os economistas subiram mais as expectativas de **inflação** para 2021, que ficaram em 3,43%. Há um mês, a estimativa era de 3,37%. A meta para o ano é de 3,75%, com tolerância 1,5 ponto percentual.

Antes da pandemia, em fevereiro, a autoridade monetária havia indicado que a taxa ficaria em 4,25% ao ano nas reuniões seguintes, depois de cinco reduções seguidas.

O BC retomou o ciclo de queda da Selic com a deterioração do cenário econômico. Até agosto, os juros caíram em todas as reuniões, mas o ciclo de queda foi interrompido em setembro.

**BOLSAS americanas batem RECORDE COM POSSE DE BIDEN**

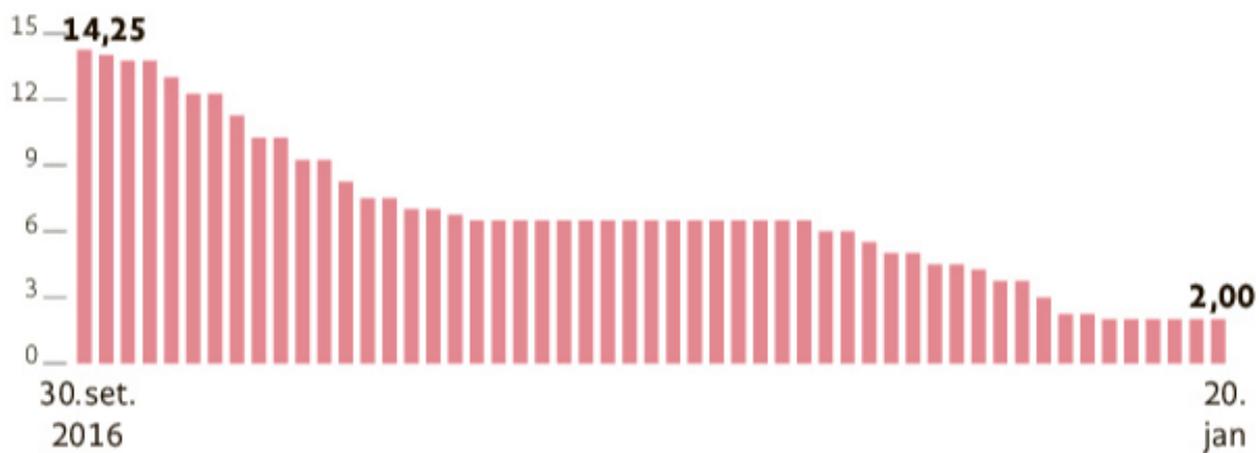
O S P 500 fechou em alta de 1,39%, a 3.851,85 pontos, nova máxima histórica. O Dow Jones subiu 0,83%, a 31.188,38 pontos, patamar recorde. O Nasdaq avançou 1,97%, a 13.457,2 pontos, também recorde. No Brasil, a Bolsa caiu 0,82%, para 119.646 pontos, e o dólar recuou 0,65%, para R\$5,31.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49413&anchor=6427111>

## Copom mantém taxa básica de juros em 2% ao ano

Selic, em %



# Juro vai a 4% no fim do ano e começa a subir no 1º semestre, dizem analistas

**Júlia Moura e Larissa Garcia**

Apesar de não ter surpreendido o mercado, o **comunicado** do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central desta quarta-feira (20) impulsionou a mudança nas expectativas de muitos analistas.

A maioria agora espera uma alta na Selic, atualmente a 2% ao ano, ainda no primeiro semestre. As projeções também apontam a Selic ao redor de 4% ao fim de 2021.

O mais recente boletim Focus do Banco Central, que reúne a estimativa de diversos economistas, aponta a Selic a 3,25% ao final deste ano.

De acordo com Simone Pa-sianotto, economista-chefe da Reag Investimentos, a alta no juro pode vir ainda no primeiro trimestre.

"Quando a autoridade monetária instituiu o 'forward guidance', antes da pandemia, os cenários macroeconômico global e local eram totalmente distintos. Hoje, a realidade é outra, com as projeções para a **inflação** doméstica subindo em relação à meta, preços das commodities pressionados pelo câmbio e a questão fiscal estressada." A Reag revisou sua projeção e agora espera uma alta da Selic em março deste ano, ante previsão anterior de maio, mas mantém a expectativa de que a taxa encerre o ano em 3,5%.

"O clima político adverso tornará mais difícil, para não dizer impossível, o controle dos gastos. Basta apontar a recente queda de popularidade do presidente da República para sabermos dos desafios existentes, isso sem contar uma segunda onda ainda mais persistente que irá aumentar a demanda por serviços públicos e tornar o clamor pelo retorno do auxílio emergencial um tema politicamente sensível", diz André Perfeito, economista-chefe da Necton.

A corretora vislumbra uma alta no juro na reunião de março, para 2,25%. Para o fim de 2021, esperam a Selic a 4%.

"O BC deixar claro que a queda do 'forward guidance' não implica alta imediata de juro é importante. A alta de juro é gradual", diz Andréa Damico, economista-

chefe da Armor.

Ela vê uma alta de 0,25 ponto percentual em maio e a Selic a 4% ao fim de 2021. "O que preocupa é a **inflação** de 2022." Para Elisa Machado, economista da ARX Investimentos, o BC irá se antecipar à **inflação** e estima a Selic entre 4,5% e 5% ao fim do ano. "É uma normalização da taxa de juro. Estamos com a Selic fortemente estimulativa." A casa também espera um aumento de juro no segundo trimestre.

Segundo Nicola Tingas economista chefe da Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento), há relutância da autoridade monetária em promover alta imediata da taxa de juro.

"Contudo, dentro das condições de alta expressiva do IPCA acumulado em 12 meses, que poderá atingir 6% até maio para depois se acomodar em 3,5% no final do ano, revisamos nossa projeção da Selic para dezembro de 2021, de 3% para 4%", diz Tingas.

Segundo Eduardo Velho, economista-chefe da JFTrust Investimentos, o BC deve esperar a formação das presidências da Câmara e do Senado para indicar os próximos passos. "A definição das Casas trará maior certeza quanto à prorrogação ou não do auxílio emergencial, por exemplo." A disputa no Congresso acontece em fevereiro, antes da próxima reunião do Copom, em 17 de março.

Já Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messem Investimentos, espera a Selic no patamar atual até o segundo semestre deste ano. Ele estima que a Selic fechará 2021 em 3,5% ao ano. "A taxa é adequada para o nível de atividade. O BC se mostrou bastante vigilante com a **inflação**." O professor da Fipecafi, ligada à USR Samuel Durso, diz que a alta dos juro pode depender também do curso do programa de vacinação.

"Para os próximos encontros [do Copom], vai depender de como a pandemia evoluir, e a vacina é fundamental. Precisamos ver como o governo vai estruturar a imunização, mas havendo um processo satisfatório é possível que nas próximas decisões o comitê já sinalize elevação da taxa, que deverá ser gradativa, mas ainda no primeiro semestre."

"Quando a autoridade monetária instituiu o 'forward guidance', antes da pandemia, os cenários macroeconômico global e local eram totalmente distintos. Hoje, a realidade é outra, com as projeções para a **inflação** doméstica subindo em relação à meta, preços das commodities pressionados pelo câmbio e a questão fiscal estressada" Simone Pasianotto economista-chefe da Reag Investimentos

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49413&anchor=6427111>**

# PIB "per capita" deixa mais evidente a péssima situação da economia (2)

**Roberto Macedo**

Continuo a pregar que o estado da economia é muito pior do que muitos imaginam, e muita gente até ignora o que se passa. Em 16/1/2020 escrevi aqui um dos meus primeiros textos sobre o assunto. Nele usei as taxas anuais de variação do produto interno bruto (**PIB**) total de 1901 a 2019, e suas médias por décadas revelaram dois movimentos. O primeiro, de forte tendência de aumento, foi da primeira década até a de 1970 - na qual o **PIB** total cresceu mais fortemente em todo o período -, resultando numa taxa média anual de 5,8%. No segundo movimento, desde a década de 1980 a taxa média anual das quatro décadas envolvidas caiu para apenas 2,4%. E a década passada revelou-se a pior de toda a série desde 1901!

É de estagnação esse segundo período, entremeado por recessões e por uma depressão, algo mais extenso e forte, que perdura desde 2015, e até hoje não voltamos ao **PIB** de 2014! No meu dicionário, uma estagnação ocorre quando o **PIB** não cresce à altura do potencial econômico de um país. É claramente o caso do Brasil. Acredito que com uma boa arrumação seu **PIB** poderia crescer bem mais do que vem crescendo desde 1980. Ainda não encontrei quem discordasse disso.

Pretendia refazer esses cálculos para o **PIB** per capita, já prevendo que os resultados de suas taxas seriam menores, pois elas descontam da variação do **PIB** total a taxa de crescimento populacional.

O **PIB** per capita é um melhor indicador do bem-estar da população ao levar em conta o crescimento dela e o seu tamanho, como em diferentes países.

Mas em 15/12/2020 vi que o economista Cláudio Considera, da Fundação Getúlio Vargas no Rio, entrevistado pelo jornal Valor, já havia elaborado uma série do **PIB** per capita desde 1901 até 2020, e também outra do **PIB** total. Para definir décadas ele adotou critério um pouco diferente do meu, em que cada década conta a partir do ano zero, digamos, 1990, e vai a 1999, enquanto ele vai de 1991 a 2000.

Mas isso deve ter afetado pouco as médias decenais.

A entrevista mostrava gráfico dessas médias para os

dois PIBs. Tal como esperava, esse gráfico mostrou aproximadamente os mesmos dois movimentos da série que preparei.

O primeiro, de forte aumento da primeira década até a de 1970, com a taxa média anual de 5,7% para o **PIB** total, bem perto da minha, de 5,8%, e de 3,2% para o **PIB** per capita. No segundo, essa taxa anual do **PIB** total caiu fortemente para 2% a partir da década de 1980, também perto da que calculei, de 2,4%, mas com maior diferença, pois Cláudio Considera já incluiu o forte resultado negativo de 2020.

Quanto ao **PIB** per capita a partir de 1980, seus resultados mostram uma taxa média anual de apenas 0,5% nessas quatro décadas, incluídas taxas negativas de -0,6% nas décadas de 1980 e 2010. E sabese que, comparado com países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil vem tendo um desempenho abaixo da média tanto num **PIB** como no outro.

Ou seja, estamos ficando para trás na corrida pelo desenvolvimento econômico. E não vejo clara percepção disso, nem providências concretas a esse respeito. No momento, quase que só se discute a tal recuperação em V depois da primeira onda da covid-19. Mas mesmo que se completasse - ainda falta a recuperação do setor de serviços - o **PIB** apenas estaria voltando a uma situação que já era má.

Ao lado da vacina, vejo essa situação dramática do **PIB** como a questão mais importante a ser enfrentada pelo Brasil, pois sem resolvê-la sempre faltarão recursos para nossas muitas necessidades, algumas muito graves, e o País continuará perdendo espaço na corrida mundial pelo desenvolvimento, na qual, como dito, vem ficando para trás.

Mas não vejo empenho do presidente da República nem do Congresso Nacional na busca de soluções para esse gravíssimo problema. O primeiro não demonstra maior interesse pelo assunto e às vezes até o agrava. Na atuação do Congresso no segundo semestre do ano passado, as eleições municipais receberam a atenção prioritária dos parlamentares. Depois disso só se fala na sucessão do comando das duas Casas. E, para não variar, no Congresso continua o tal recesso parlamentar, também para lamentar, numa omissão no socorro de que o País

tanto carece.

Para concluir transcrevo e subscrevo parte de um manifesto da Coalizão Indústria, um grupo de 14 entidades do setor, entre elas a Eletros, da qual já fui presidente, pedindo "reformas já", publicado em página inteira do jornal Valor do último dia 18: "Está na hora de virar o jogo! Temos tudo para fazer isso. Para tanto, governos, candidatos às presidências da Câmara e do Senado, parlamentares, Judiciário, empresários, trabalhadores, representantes da sociedade, todos precisam conscientizar-se da gravidade da situação e dar os passos necessários para impedir o que, afinal, é perfeitamente evitável: a perpetuação de uma economia de baixo crescimento e produtividade, incapaz de promover a melhoria na qualidade de vida da população".

- Roberto Macedo, ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), PROFESSOR SÊNIOR DA USP. É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Tributos, estagnação e desigualdade (2)

*Pedro Cavalcanti, Renato Fragelli*

O Brasil está estagnado há quatro décadas e a desigualdade social petrificada por cinco séculos. A **reforma tributária** em discussão na Câmara dos Deputados é uma ótima oportunidade para se começar a corrigir o rumo, mas o governo prefere insistir na recriação da CPMF, quando não ignora completamente o tema.

Um dos principais motivos do baixo crescimento e da péssima distribuição de renda é a caótica estrutura tributária. Desde a Constituição de 1988, os gastos públicos primários saltaram de 25% do **PIB** para 35%, acompanhados de elevação da carga tributária necessária para custeá-los. O nível de gastos atual constitui uma decisão política legítima que reflete as preferências do eleitor - apesar do seu impacto negativo sobre o crescimento -, mas a forma de arrecadar os recursos para custeá-los reflete uma (in)decisão política absurda. Isto porque uma **reforma tributária** competente geraria a mesma receita, aceleraria o crescimento econômico e também melhoraria a distribuição de renda.

Desde 1988, a busca desesperada por mais receitas levou à criação de novos **impostos** e bases de incidência, como a Cofins e a CSLL. A **legislação tributária** tornou-se extremamente complexa, obrigando muitas empresas a manter diversos funcionários em atividades administrativas improdutivas. São contadores e advogados ocupados em tarefas burocráticas kafkianas, cujos salários têm que ser pagos por quem atua na linha de produção. A consequência é uma baixa produtividade média do trabalho, resultando em salários igualmente baixos pagos a todos. Com tantas novas regras expedidas diariamente pelas três esferas de governo, o risco empresarial associado ao eventual não cumprimento de uma delas é enorme. O resultado é, subinvestimento, atrofia da geração de empregos e lento crescimento.

Um dos **impostos** que mais prejudicam o crescimento é o ICMS. Principal fonte de recursos estadual, ele é predominantemente pago no Estado em que o bem é produzido, em vez de naquele em que ocorre o seu consumo. No intuito de atrair empregos e receitas, diversos governadores ofereceram benefícios fiscais a indústrias instaladas em outros Estados, fenômeno conhecido por Guerra Fiscal. Como a queda de receita do Estado que perde uma indústria é maior do que o aumento de receita daquele em que ela se instala, o

resultado líquido é uma redução da arrecadação do conjunto de Estados. A menor arrecadação sequer

significa ganho de competitividade para as empresas, pois estas são levadas a se instalarem longe de seus consumidores e fornecedores, o que gera custos logísticos injustificáveis.

Trata-se de um exemplo de jogo de soma negativa em que decisões racionais individuais resultam numa enorme irracionalidade coletiva. Somente a substituição do ICMS por um imposto sobre valor adicionado (IVA) pago no Estado em que se dá o consumo final poderá eliminar a Guerra Fiscal.

Os regimes especiais de tributação, como o Simples e o regime de Lucro Presumido (RLP), onde o imposto devido constitui uma fração fixa do faturamento, geram dois péssimos incentivos econômicos adicionais. O primeiro é o fato de as empresas não terem incentivo a exigir notas fiscais de seus fornecedores, o que reduz a arrecadação, bem como estimula pequenos fornecedores a permanecerem na economia informal. Empresas informais têm menos acesso ao crédito e à Justiça, prejudicando a produtividade. A informalidade, por dividir a carga tributária entre poucos contribuintes, requer alíquotas elevadas para os contribuintes formais, desestimulando investimentos.

O segundo é que o imposto sobre o faturamento constitui uma tributação em cascata que distorce preços relativos, pois onera de forma mais intensa os produtos cujas cadeias de produção são mais longas. Além disso, a tributação em cascata impede o cálculo preciso do peso da tributação no custo final de um bem, o que dificulta a desoneração de exportações e de bens de investimento.

Os ganhos potenciais da racionalização da estrutura tributária brasileira foram investigados em Ferreira e Pereira (RBE 2010), com base num modelo estilizado. Estimou-se que uma **reforma tributária** envolvendo desoneração da folha de pagamentos, redução da cumulatividade com introdução do IVA-F, bem como a desoneração dos investimentos, mediante menor prazo de restituição de créditos de ICMS, aumentaria em de 1,5 pontos percentuais a taxa de crescimento do **PIB**, nos oito anos seguintes à sua implementação. Os ganhos são significativos e rápidos.

O exemplo de tributação que mais nitidamente gera desigualdades é o RLP. Inicialmente criado para facilitar a gestão de pequenas empresas, o RLP hoje

se aplica a firmas com faturamento anual de R\$ 78 milhões. Esse limite altíssimo permite a um profissional liberal altamente qualificado pagar uma alíquota marginal de imposto de cerca de apenas 15% - soma de IRPJ, PIS, Cofins e ISS - sobre a renda de seu trabalho.

Em contraste, um profissional com igual qualificação que seja empregado CLT de uma grande empresa paga 27,5% de alíquota marginal de IRPF. Além disso, seu empregador recolhe 34,5% - soma de **INSS**, FGTS, Sistema S, Salário Educação, PIS e RAT -, sobre toda a folha salarial. Assim, a cada R\$ 100 de salário bruto recebido a mais, o empregado CLT tem que produzir R\$ 134,50 a mais para manter seu emprego, mas embolsa apenas R\$ 80,50 - sendo R\$ 72,50 o salário líquido de IRPF e R\$ 8 depositado no FGTS. Isso significa que a alíquota marginal de tributação sobre o valor do trabalho é de 40,1% para um empregado CLT, mas de apenas 15% para quem atua sob o RLP. Difícil imaginar algo mais bizarro e injusto.

Todas as distorções listadas acima poderiam ser eliminadas com apenas duas medidas. A primeira seria a aprovação da PEC 45 que propõe a transformação de cinco impostos atuais - IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS - num único IVA pago ao estado em que ocorre o consumo final. A segunda seria a redução significativa das vantagens concedidas aos regimes especiais de tributação, seja via diminuição do teto de faturamento ou elevação das alíquotas. Embora o ambiente no Congresso nunca tenha sido tão receptivo a uma **reforma tributária** ampla e eficaz, inexplicavelmente o governo insiste na recriação da CPMF, um imposto sobre faturamento com todos os defeitos inerentes a essa base de incidência.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento  
Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

---

# **Um dos motivos do baixo crescimento e da péssima distribuição de renda é a caótica estrutura tributária**

---